



18 DE JULHO DE 2018

Quarta-feira

- **SAVE THE DATE - FÓRUM REFORMA TRABALHISTA**
- **INDÚSTRIA PAULISTA FECHA 11,5 MIL VAGAS DE TRABALHO EM JUNHO**
- **PEDIDOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL SOBEM 10% NO 1º SEMESTRE, DIZ SERASA**
- **ALIMENTOS MAIS BARATOS ARREFECEM INFLAÇÃO AO CONSUMIDOR NA 2ª PRÉVIA DO IGP-M**
- **CONTA DE LUZ SUBIRÁ ATÉ 3,86% COM REAJUSTE DE RECEITA DE HIDRELÉTRICAS**
- **IPC-FIPE AVANÇA 0,37% NA 2ª QUADRISSEMANA DE JULHO**
- **PROJEÇÕES PARA O PIB DO ANO PIORAM APÓS GREVE DOS CAMINHONEIROS**
- **IGP-M SOBE 0,53% NA 2ª PRÉVIA DE JULHO ANTE 1,75% NA 2ª PRÉVIA DE JUNHO, DIZ FGV**
- **MOVIMENTO DE CARGA FERROVIÁRIA NO PORTO TEM ALTA DE 21%**
- **GOVERNO ATRASA PAGAMENTO DO SUBSÍDIO DO DIESEL E EMPRESAS RECLAMAM**
- **GREVE DOS CAMINHONEIROS AFETA FATURAMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**
- **ISENÇÃO A CAMINHONEIRO DEVE ENCARECER PEDÁGIO**
- **MERCOSUL PROPÕE REDUZIR TAXAS PARA CARROS DA UE**
- **BRASIL PUXA EXPANSÃO GLOBAL DA VOLKSWAGEN**
- **DIRETOR DA ANP PREVÊ MINUTA SOBRE COMBUSTÍVEIS EM 2 SEMANAS**
- **ALEMANHA INVESTIGA MONTADORA OPEL POR RELAÇÃO COM ESCÂNDALO DO DIESEL**
- **ROLLS-ROYCE APRESENTA PROJETO PARA TÁXI VOADOR HÍBRIDO**
- **POLO E VIRTUS 1.6 AGORA TÊM OPÇÃO DE CÂMBIO AUTOMÁTICO**
- **MERCEDES APOSTA EM LINHA DE VANS ELÉTRICAS**

- MOTOS DE ALTA CILINDRADA OBTÊM ALTA DE 11% NO SEMESTRE
- FORD ACEITA PAGAR INDENIZAÇÕES DE US\$ 299,1 MILHÕES POR AIRBAGS TAKATA
- VENDA ON-LINE DE CARROS MOVIMENTA R\$ 5,8 BILHÕES NA AUTOAVALIAR
- MARCOPOLO REESTRUTURA ÁREA COMERCIAL EM MERCADOS EXTERNOS
- HONDA TESTARÁ BATERIA COMPARTILHÁVEL EM MOTOS ELÉTRICAS
- GOL, VOYAGE, UP! E TIGUAN ALLSPACE PASSAM POR RECALL
- LUCRO DA WEG SOBE 23,7% NO 2º TRIMESTRE
- UE IMPÕE MEDIDAS DE SALVAGUARDA PROVISÓRIAS SOBRE IMPORTAÇÕES DE PRODUTOS DE AÇO

CÂMBIO EM 18/07/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,826	3,827
Euro	4,456	4,457

Fonte: BACEN

SAVE THE DATE - FÓRUM REFORMA TRABALHISTA

18/07/2018 – Fonte: Nelson Willians Advogados Associados



Título: “A nova CLT: O que mudou para as empresas?”.

Palestrante: Desembargadora do trabalho e professora de Direito Trabalhista na LFG, Dra. Vólia Bomfim (Rio de Janeiro/RJ).

Data: 20/08/2018, das 18h30 às 21h00.

Local: Auditório da ACP. Rua XV de Novembro, 621, Curitiba.



LIDE
PARANÁ

Indústria paulista fecha 11,5 mil vagas de trabalho em junho

18/07/2018 – Fonte: Tribuna PR

No segundo mês consecutivo de cortes no quadro de funcionários, a indústria paulista fechou 11,5 mil postos de trabalho em junho, segundo balanço divulgado nesta terça-feira, 17, pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Apesar do resultado negativo do mês passado, o setor encerrou o primeiro semestre acumulando saldo positivo de 17 mil vagas, uma alta de 0,79%.

Desde 2011, o levantamento mostra fechamento de vagas em junho, mas dessa vez a queda foi pior, comentou, em nota, o presidente em exercício da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho.

“Algumas variáveis políticas e econômicas estão influenciando fortemente alguns setores importantes, como o alimentício, por exemplo, que sofreu uma forte perda de postos de trabalho”, afirma Roriz, referindo-se ao fechamento de 2,9 mil vagas nas fábricas de produtos alimentícios no mês passado. Também houve cortes expressivos nas indústrias de confecção de artigos do vestuário e acessórios (2,4 mil) e de produtos de borracha e de material plástico (1,2 mil).

Dos 22 setores industriais monitorados pela pesquisa da Fiesp, 16 fecharam vagas em junho. Apenas quatro contrataram mais do que demitiram, sendo a maior abertura de vagas registrada na indústria de bebidas, onde foram criados 331 postos.

Segundo Roriz, a indústria precisa aproveitar o câmbio mais competitivo para exportar mais. “É importante saber que a situação é difícil e que a recuperação vai demorar. Com essa grande paralisação de maio e junho, decorrente da greve dos caminhoneiros, é preciso buscar alternativas para que as empresas possam operar com rentabilidade e voltar a gerar emprego”.

Pedidos de recuperação judicial sobem 10% no 1º semestre, diz Serasa

18/07/2018 – Fonte: G1 (publicado em 17-07-2018)

Entre os motivos apontados está o aumento do endividamento das empresas.

O número de pedidos de recuperação judicial no Brasil cresceu 10% no primeiro semestre em comparação com o mesmo período de 2017, segundo dados divulgados pela Serasa.

Entre os meses de janeiro e junho de 2018, 753 empresas entraram com pedido de recuperação judicial, contra 685 casos registrados no ano passado. É o segundo maior número para esse período, ficando atrás apenas do registro de 2016, quando 923 empresas entraram com pedido de recuperação judicial perante a justiça brasileira.

Segundo a Serasa, entre os fatores que levam uma empresa a entrar com pedido de recuperação judicial estão a diminuição de seu fluxo de caixa e aumento de seu endividamento.

Alimentos mais baratos arrefecem inflação ao consumidor na 2ª prévia do IGP-M

18/07/2018 – Fonte: Tribuna PR

A queda nos preços dos alimentos arrefeceu a inflação ao consumidor na segunda prévia de julho do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) nesta quarta-feira, 18.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-M) subiu 0,39% no segundo decêndio de julho, após um avanço de 0,99% na mesma leitura do mês anterior. Quatro das oito classes de despesas registraram taxas de variação mais baixas.

A principal contribuição partiu do grupo Alimentação, que saiu de aumento de 1,47% na segunda prévia de junho para uma queda de 0,19% na segunda prévia de julho. Vários itens ficaram mais baratos, entre eles as hortaliças e legumes, que passaram de 14,21% para -19,73% no período.

Os demais decréscimos ocorreram nos grupos Transportes (de 1,38% para 0,26%), Vestuário (de 1,15% para -0,87%) e Saúde e Cuidados Pessoais (de 0,50% para 0,27%). As maiores influências partiram dos itens gasolina (de 5,81% para -0,62%), roupas (de 1,14% para -1,02%) e artigos de higiene e cuidado pessoal (de -0,03% para -1,13%).

Na direção oposta, as taxas foram mais elevadas em Educação, Leitura e Recreação (de -0,33% para 1,00%), Habitação (de 1,17% para 1,22%), Despesas Diversas (de 0,10% para 0,15%) e Comunicação (de 0,16% para 0,35%). Houve contribuição dos itens passagem aérea (de -5,94% para 22,91%), tarifa de eletricidade residencial (de 5,40% para 5,58%), serviço religioso e funerário (de 0,21% para 0,62%) e tarifa de telefone móvel (de 0,11% para 0,68%).

Construção

O aumento nos custos com mão de obra e material de construção pressionou a inflação do setor na segunda prévia de julho do IGP-M, informou a FGV.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-M) registrou alta de 0,90% no segundo decêndio de julho, após um avanço de 0,48% na mesma prévia do mês anterior.

O índice relativo a Materiais, Equipamentos e Serviços subiu 0,96% na segunda leitura de julho, ante um aumento de 0,41% na segunda prévia de junho. Já o índice que representa o custo da mão de obra teve elevação de 0,86% na segunda prévia de julho, depois de um aumento de 0,54% na mesma prévia do mês anterior.

Pressionaram a inflação do mês os itens ajudante especializado (0,88%), servente (0,79%), elevador (1,59%), cimento Portland comum (2,09%) e pedreiro (0,87%).

Na direção oposta, evitaram um avanço maior os itens ferragens para esquadrias (-0,24%), massa corrida para parede PVA (-0,64%), materiais elétricos (-0,15%), tubos e conexões de ferro e aço (-0,02%) e mármore e granito trabalhados (-0,04%).

Conta de luz subirá até 3,86% com reajuste de receita de hidrelétricas

18/07/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 17-07-2018)

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou nesta terça-feira (17) um reajuste de 45,52% na receita anual de geração de 69 usinas hidrelétricas que atuam no regime de cotas. A medida vai provocar aumento nas contas de luz entre 0,02% e 3,86%, segundo a Aneel. O impacto médio será de 1,54%. As informações são da Agência Brasil.

O impacto na conta de luz depende da data do reajuste aprovado pela Aneel e da quantidade de cotas (volume de energia) que cada distribuidora compra das hidrelétricas. O volume de cotas de cada distribuidora representa, em média, 22,64% dos contratos de energia das concessões.

A remuneração total recebida pelas usinas, de julho de 2018 a junho de 2019, será de R\$ 7,944 bilhões.

Segundo a Aneel, a receita anual de geração é calculada considerando os valores do Custo da Gestão dos Ativos de Geração, acrescidos de encargos de uso e conexão, receita adicional por remuneração de investimentos em melhorias de pequeno e grande porte, investimentos em bens não reversíveis, Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica, custos associados aos programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética e eventuais ajustes.

O regime de cotas foi implantado por meio da Medida Provisória nº 579, de 2012, com renovação automática das concessões de usinas hidrelétricas. Para isso, as hidrelétricas tiveram que vender energia às distribuidoras por um preço fixo, determinado pela Aneel, ao contrário de firmarem preços conforme o mercado e as realidades das instituições.

IPC-Fipe avança 0,37% na 2ª quadrissemana de julho

18/07/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação na cidade de São Paulo, subiu 0,37% na segunda quadrissemana de julho, perdendo força em relação ao avanço de 0,63% da primeira quadrissemana do mês, segundo dados publicados nesta quarta-feira, 18, pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Na segunda quadrissemana de julho, houve recuo com mais força em Despesas Pessoais (de -0,01% na primeira quadrissemana para -0,21%). Além disso, subiram com menor intensidade os segmentos Alimentação (de 1,81% na primeira quadrissemana para 0,77% na segunda), Transportes (de 0,59% para 0,09%) e Vestuário (de 0,19% para 0,06%).

Por outro lado, os custos de Habitação passaram de 0,30% para 0,55%, os de Saúde foram de -0,01% a 0,33% e os de Educação avançaram de -0,03% a 0,05%.

Projeções para o PIB do ano pioram após greve dos caminhoneiros

18/07/2018 – Fonte: G1

Órgãos, bancos, consultorias apontam que impactos da paralisação devem se estender além dos dias em que atividade ficou parada; incertezas sobre eleições também pesam.

A greve dos caminhoneiros impactou fortemente os indicadores econômicos dos meses de maio e junho. Além dos efeitos nesses meses, as revisões de projeções do crescimento para este ano indicam que os prejuízos da greve à economia devem se estender além dos 21 dias em que os caminhoneiros ficaram parados.

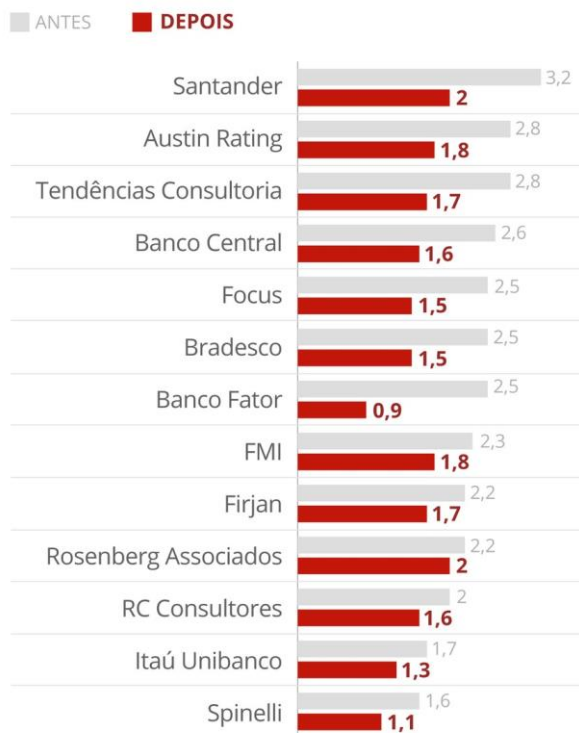
Um dos órgãos que piorou as expectativas para o crescimento da economia brasileira neste ano citando a greve entre as justificativas foi o Fundo Monetário Internacional (FMI). A projeção em abril para o Produto Interno Bruto (PIB) era de alta de 2,3%. Agora, é de 1,8%.

O próprio governo deve revisar as projeções. O ministério da Fazenda também deve reduzir de 2,5% para 1,6% a previsão de alta do PIB, segundo o colunista do **G1** Valdo Cruz.

O Banco Central já reduziu de 2,6% para 1,6%. Bancos, consultorias e analistas do mercado financeiro também pioraram suas expectativas para o ano, incluindo a greve em suas justificativas.

Projeções para o PIB

Comparação entre as estimativas em abril e em julho (antes e depois da greve dos caminhoneiros)



Infográfico elaborado em: 17/07/2018

Confiança recua

A paralisação veio em um momento em que já havia incertezas sobre a economia. O cenário eleitoral incerto já estava sob as atenções dos empresários e consumidores, e o internacional desfavorável também preocupava (com o aumento da taxa de juros dos Estados Unidos e temores sobre uma guerra comercial).

Com a greve, os índices de confiança, que já vinham apresentando sinais de recuo, ampliaram as perdas.

"A economia já estava fraca, e a greve veio como a pá de cal", resume o economista Everton Carneiro, analista da RC Consultores. Índices de confiança em 2018

Analistas apontam que, além dos efeitos dos 21 dias de produção e comércio parados sobre a atividade econômica, a greve também teve impacto sobre a percepção de força do governo.

"Essa falta de reação do governo trouxe a sensação de que as instituições podem demorar muito tempo para resolver um

problema e nos deixar reféns de uma categoria, como foi o caso", analisa César Caselani, da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

"Foi um baque muito grande no governo, o poder de reação foi mínimo", concorda Carneiro. "O governo já estava fraco e ficou absolutamente debilitado, e isso contribui para colocar as expectativas para baixo", complementa o economista, apontando que o questionamento que se faz é sobre a capacidade do governo de promover medidas para tentar reequilibrar as contas públicas.

Juliana Inhasz, professora de economia do Insper, comenta os efeitos que a greve ainda pode causar, já que a maior parte das medidas que foram prometidas para encerrar a paralisação ainda estão em discussão.

"A greve pode ficar ainda mais presente na nossa vida no segundo semestre do que esteve no primeiro", analisa Inhasz.

"A tabela de fretes ainda em discussão, o preço do diesel nas refinarias que pode subir muito por conta do tempo represado. Tudo isso pode criar um elemento a mais de incerteza. [Esses fatores] podem fazer com que a gente tenha a sensação de que a greve dos caminhoneiros não foi uma coisa que passou", diz ela.

Economia parada

Os economistas afirmam que os agentes econômicos – empresários e consumidores – estão em "compasso de espera" para retomar a atividade.

"O governo perdeu confiança, e isso atrasa os investimentos. Gente que estava pensando em investir resolveu segurar. No fundo, o que está acontecendo é que todo mundo está esperando a eleição acabar", diz Carneiro.

"Eu acho pouco provável que alguma coisa mude antes das eleições", concorda o professor Caselani. "Não dá para a gente sonhar com a volta do crescimento sem a volta da confiança dos agentes econômicos. Se eu não melhorar a perspectiva de emprego ou de abrir uma nova

empresa, por exemplo, nem consumidores nem empresários vão dar uma guinada em termos positivos.”



Dados já fechados

Além da queda nas projeções para a economia do ano, alguns indicadores já mostram as perdas de diversos setores nos meses afetados pela greve. Um deles é o que mede o desempenho dos serviços, que tem peso importante no PIB. A queda foi de 3,8% no mês em que começou a paralisação.

Também em maio, a produção industrial despencou 10,9%, enquanto a produção de veículos no Brasil caiu 15,3%. Já as vendas no comércio recuaram 0,6%, a primeira queda registrada neste ano.

Enquanto isso, a inflação voltou a ganhar força. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu para 1,26% em junho, na maior taxa para o mês de junho desde 1995.

IGP-M sobe 0,53% na 2ª prévia de julho ante 1,75% na 2ª prévia de junho, diz FGV

18/07/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 17-07-2018)

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) subiu 0,53% na segunda prévia de julho, após ter aumentado 1,75% na segunda prévia de junho. A informação foi divulgada na manhã desta quarta-feira, 18, pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Com o resultado, o índice acumulou alta de 5,94% no ano e avanço de 8,26% em 12 meses.

A FGV informou ainda os resultados dos três indicadores que compõem a segunda prévia do IGP-M de julho. O IPA-M, que representa os preços no atacado, aumentou 0,52%, ante um avanço de 2,24% na segunda prévia de junho.

O IPC-M, que corresponde à inflação no varejo, apresentou elevação de 0,39% na prévia de julho, depois de uma alta de 0,99% em igual leitura de junho. Já o INCC-M, que mensura o custo da construção, teve aumento de 0,90% na segunda prévia de julho, depois do aumento de 0,48% na segunda prévia de junho.

O IGP-M é usado para reajuste de contratos de aluguel. O período de coleta de preços para cálculo do índice foi de 21 de junho a 10 de julho. No dado fechado do mês de junho, o IGP-M subiu 1,87%.

IPAs

Os preços dos produtos agropecuários, mensurados pelo IPA Agrícola, caíram 2,13% no atacado, na segunda prévia do IGP-M de julho. Na mesma prévia de junho, houve elevação de 3,26%. Já os produtos industriais no atacado, medidos pelo IPA Industrial, tiveram elevação de 1,42% na segunda prévia de julho, ante alta de 1,89% na mesma prévia do mês anterior.

Dentro do Índice de Preços por Atacado segundo Estágios de Processamento (IPA-EP), que permite visualizar a transmissão de preços ao longo da cadeia produtiva, os bens finais tiveram elevação de 0,21% na segunda prévia de julho, depois do avanço de 2,17% na mesma prévia de junho.

Os preços dos bens intermediários tiveram aumento de 2,14% na prévia de julho, ante elevação de 2,41% na segunda prévia de junho. Os preços das matérias-primas brutas caíram 1,10% na segunda leitura de julho, após uma alta de 2,10% na mesma prévia de junho.

Movimento de carga ferroviária no porto tem alta de 21%

18/07/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 17-07-2018)



A utilização de ferrovias para movimentação de cargas no Porto de Paranaguá aumentou 21% nos últimos seis anos. O ano de 2018 já registra a maior quantidade de produtos transportados por trens, no acumulado de janeiro a maio, no cais paranaense.

Nos primeiros seis meses deste ano, foram 4.876.620 toneladas movimentadas sob trilhos e a expectativa é que a participação do modal seja cada vez maior. No mês de maio o desembarque por trem registrou recordes históricos: foram descarregadas no Porto de Paranaguá 1,014 milhão de toneladas de produtos via ferrovia, o que representa 28,1% da movimentação total.

O número representa a melhor marca registrada desde janeiro de 2011. Já no mês de junho, chegaram até Paranaguá por trem 1.012.224 de toneladas de produtos.

Produtos - Entre os principais produtos movimentados em Paranaguá que são transportados via férrea, destaca-se o açúcar (40%), soja (23%), milho (11%), contêineres (9%), além de farelos (7%), derivados de petróleo (6%) e fertilizantes (3%), entre outros.

O diretor-presidente da Appa, Lourenço Fregonese, explica que a integração entre porto e ferrovia é fundamental para garantir a competitividade aos clientes do Porto de Paranaguá, bem como maior eficiência nas operações "Os trens oferecem regularidade no fluxo operacional e segurança no transporte", completa.

Potencial ferroviário - Para que se tenha uma ideia dos impactos positivos do modal ferroviário, um vagão consegue transportar 45 toneladas de produtos, ou seja, 5 toneladas a mais do que o modal rodoviário. Além disso, são necessários 1.500 vagões para carregar um navio. Já o número de caminhões para carregar a mesma quantidade é de 1.800 veículos.

O Grupo Interalli - responsável pela unidade da Companhia Brasileira de Logística (CBL) - apostou no modal ferroviário para a movimentação de líquidos. O novo terminal da CBL, que iniciou suas operações no mês de junho e é considerado o terminal de líquidos mais automatizado do país, conta com quatro plataformas rodoferroviárias e um sistema capaz de operar 32 vagões simultaneamente.

"Hoje temos uma das maiores capacidades para movimentação ferroviária de Paranaguá. Ao todo, são 16 pontos de operação que, juntos, possibilitam o recebimento e expedição de 960 metros cúbicos de produto por hora", conta Fabrício Slavieiro Fumagalli, diretor da CBL.

Já o Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP) é líder no mercado brasileiro no modal. São 6 mil contêineres movimentados todos os meses, que chegam pela ferrovia. O terminal é o único do país com conexão ferroviária direta e 15% da carga movimentada no TCP vem de trem.

Com isso, o trem consegue encostar muito próximo dos navios e também da área retroportuária, onde os produtos são armazenados e estocados.

O diretor comercial da TCP, Alexandre Rúbio, ressalta que - mesmo para clientes com base fora do Paraná - a operação logística por meio da ferrovia é a melhor opção, pois na soma dos custos logísticos com o transporte da carga, o valor pode ficar de 10% a 20% menor pela ferrovia.

"Outra vantagem é que o modal não sofre variação de preço, ao contrário do modal rodoviário que tem o valor do frete alterado de acordo com a quantidade de produto que está sendo comercializado no país. Em época de safra, por exemplo, existe escassez de caminhão para o transporte da carga já que as transportadoras optam por encaminhar seus veículos para as regiões onde as produções são maiores. Isso torna o modal mais caro?", diz.

A Klabin, maior produtora e exportadora de papéis do Brasil também aposta no modal e construiu um ramal ferroviário de 23,5 km para conectar a fábrica de celulose em Ortigueira, no Norte do Estado, até a linha principal que escoar o produto em Paranaguá. A estimativa é que trecho consegue evitar o tráfego excedente de 120 caminhões por dia nas estradas da região. Além do novo ramal, a empresa investiu em 306 vagões e sete locomotivas próprias.

Para a descarga de grãos via ferrovia, o Corredor de Exportação do Porto de Paranaguá e o Silo Público contam com duas moegas - equipamentos para recepção e destinação dos produtos.

De acordo com o diretor de Operações da Appa, Luiz Teixeira Júnior, a capacidade do Porto é para descarga férrea de 32 milhões de toneladas/ano, o que equivale a 1785 vagões por dia ou 89.250 toneladas/dia. "Atualmente Paranaguá conta com 70 quilômetros de linhas férreas, sendo 7,5 quilômetros instalados no Corredor de Exportação do Porto", informa Teixeira.

Governo atrasa pagamento do subsídio do diesel e empresas reclamam

18/07/2018 – Fonte: Bem Paraná

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) adiou por 30 dias o prazo para ressarcir a Petrobras e outros produtores e importadores de diesel pelos descontos concedidos na primeira fase do programa de subvenção federal.

O prazo inicial venceu no último dia 26. Nessa fase do programa de subvenção, que durou até o dia 7 de junho, o governo se comprometeu a ressarcir com R\$ 0,07 por litro produtores e importadores que vendessem o produto a, no máximo, R\$ 2,0316.

O desconto foi prometido pelo governo Temer aos caminhoneiros para encerrar a greve de duas semanas que parou o país em maio e vai custar aos contribuintes R\$ 9,5 bilhões, considerando a segunda fase, que pode durar até o fim do ano.

De acordo com a ANP, cinco empresas cumpriram os requisitos para receberem o ressarcimento pela venda de diesel mais barato na primeira fase do programa -entre elas a Petrobras, que confirmou à reportagem ter entregue a documentação no prazo, e importadores.

As partes envolvidas ainda não falam em valores. A ANP diz que pediu extensão de prazo para analisar os documentos entregues -notas fiscais que comprovem a venda do produto a distribuidores no preço definido pelo programa.

A agência disse que está avaliando a documentação e que a possibilidade de prorrogação do prazo estava prevista nas regras da subvenção. Na segunda (16), a direção da agência se reuniu com representantes dos ministérios de Minas e Energia e da Fazenda para discutir o tema.

O Ministério da Fazenda disse que os recursos estão reservados e que cabe à agência emitir as ordens de pagamento.

Para os importadores de combustíveis, o atraso na conclusão da primeira fase de subvenção gera incertezas com relação à fase posterior, que envolve valores mais elevados.

Na segunda fase, o governo pagará até R\$ 0,30 por litro de diesel vendido pelo valor definido pelo programa. O decreto que criou a subvenção estabelece que os pagamentos são mensais.

O valor varia diariamente, de acordo com um preço de referência estabelecido pela ANP com base nas cotações internacionais. As empresas receberão a diferença entre este preço e preços de venda estabelecidos por decreto.

Nas regiões centro-oeste e sudeste por exemplo, o preço de referência desta quarta (18) será R\$ 2,2723 por litro, enquanto o valor estabelecido por decreto é de R\$ 2,1055. Isto é, as empresas terão direito a R\$ 0,1668 por litro vendido.

Considerando a renúncia fiscal com a isenção de PIS/Cofins, o programa de subvenção ao preço do diesel custará ao contribuinte R\$ 13,6 bilhões. O governo prometeu aos caminhoneiros uma redução média de R\$ 0,46 por litro nas bombas.

Dados da pesquisa de preços da ANP, porém, mostram que o preço médio do combustível na semana passada era apenas R\$ 0,207 inferior ao vigente antes da greve. Na comparação com a primeira semana de greve, a diferença é de R\$ 0,40 por litro.

Greve dos caminhoneiros afeta faturamento das micro e pequenas empresas

18/07/2018 – Fonte: PEGN

A greve dos caminhoneiros no mês de maio, que durou 11 dias e levou a uma crise de abastecimento no País, provocou uma redução no ritmo de alta na receita das micro e pequenas empresas (MPEs) paulistas.

A pesquisa Indicadores, realizada mensalmente pelo Sebrae-SP, mostra que o faturamento real (já descontada a inflação) dos pequenos negócios foi 0,1% maior em maio deste ano em relação a maio de 2017.



Embora o resultado seja positivo, o índice mostra que o crescimento sobre o mesmo mês do ano anterior, registrado consecutivamente há 14 meses, perdeu força, com a redução no fluxo de pessoas e de mercadorias provocado pela paralisação. A receita total do universo das MPEs em maio foi de R\$ 60,4 bilhões.

As MPEs do setor de serviços puxaram o resultado para baixo, com queda de 5,7% no faturamento, no período. Para os especialistas do Sebrae-SP, isso ocorreu porque esses negócios sofreram maior impacto pela menor circulação de pessoas nesse período, e dificuldades de abastecimento de combustível. Os serviços de transporte, muito afetados pela greve, também estão presentes entre as MPEs.

O comércio registrou alta de 4,7% e o setor industrial teve aumento de 1,5% na receita real. O fato de as MPEs, especialmente no comércio, terem uma forte dependência de clientes que vivem ou trabalham nas proximidades da empresa pode ter tido um impacto positivo em um mês em que os deslocamentos foram prejudicados.

No acumulado do ano de 2018 – ou seja, dados de janeiro a maio –, as MPEs registraram expansão de 5,5% no faturamento real em relação ao mesmo período de 2017. Com a inflação sob controle e uma melhora na atividade econômica, o rendimento das pessoas ocupadas registrou aumento, favorecendo uma melhora do consumo no mercado interno – e, conseqüentemente, das MPEs.

Por regiões do Estado, a única queda de faturamento registrada em maio foi no interior, com -11,7%. O município de São Paulo teve aumento de 5,8%, assim como o Grande ABC (9,6%) e a Região Metropolitana (12,4%).

Em relação aos Microempreendedores Individuais (MEIs), a pesquisa aponta que o faturamento real em maio foi 17,4% maior que no mesmo mês do ano anterior. O melhor resultado quanto à receita real foi entre os MEIs que atuam no comércio, com alta de 33,2%, seguido pelo setor de serviços, com +16,7%.

Já aqueles ligados ao setor industrial tiveram queda de 4,7%. Maio de 2018 foi o 11º mês consecutivo de expansão de faturamento real dos MEIs, sobre o mesmo mês do ano anterior. Muitos desses profissionais atendem a clientes em um raio próximo à sua localização, o que explica o pouco impacto da greve dos caminhoneiros.

Segundo semestre

A pesquisa Indicadores também questionou os donos de pequenos negócios sobre as perspectivas para o segundo semestre de 2018. As entrevistas referem-se ao próprio mês de junho.

Em geral, as expectativas são de melhora na quantidade de clientes e no faturamento da empresa, o que deve resultar em aumento de pessoal ocupado. Por outro lado, as MPEs esperam aumento de custos em um cenário que não permite acréscimo nos preços de seus produtos e serviços. Dessa forma, várias empresas tendem a atuar com uma margem de lucro menor.

Em números, 45% dos proprietários de MPEs acredita em manutenção do nível de atividade da economia brasileira no segundo semestre deste ano. O percentual de incerteza, ou seja, dos que não têm ideia de como a economia poderá evoluir é de 24%, o maior para junho desde 2010. Da mesma forma, a maior parcela (46%) aguarda estabilidade para o faturamento da empresa nos últimos seis meses do ano. A diferença entre aqueles que têm expectativa de aumento da receita (26%) e aqueles que apostam em queda (6%) é positiva.

Entre os entrevistados, 56% esperam um aumento nos custos dos materiais ou mercadorias utilizados, porém 60% acreditam que os preços dos produtos ou serviços da empresa irão se manter. Nesse cenário, as principais estratégias apontadas são aperfeiçoar os produtos e serviços existentes (32%), conquistar novos mercados (17%) e oferecer novos produtos ou serviços (14%).

Sobre a pesquisa

A pesquisa Indicadores Sebrae-SP foi realizada com apoio da Fundação Seade. Foram

entrevistados 1,7 mil proprietários de MPes e 1 mil MEIs do Estado de São Paulo durante o mês de referência.

No levantamento, as MPes são definidas como empresas de comércio e serviços com até 49 empregados e empresas da indústria de transformação com até 99 empregados, com faturamento bruto anual até R\$ 4,8 milhões.

Os MEIs são definidos como os empreendedores registrados sob essa figura jurídica, conforme atividades permitidas pela Lei 128/2008. Os dados reais apresentados foram deflacionados pelo INPC-IBGE.

Isenção a caminhoneiro deve encarecer pedágio

18/07/2018 – Fonte: Bem Paraná

Há 50 dias sem poder cobrar pedágio de caminhoneiros que trafegam com eixos suspensos, concessionárias de rodovias afirmam que as tarifas dos demais motoristas deverão subir para compensar a falta de receita.

A isenção da tarifa -que ocorre quando os pneus não tocam o chão, supostamente porque o caminhão está vazio- foi uma das concessões do governo para conter a paralisação da categoria.

Segundo a ABCR (Associação Brasileira das Concessionárias de Rodovias), as negociações com os governos estaduais estão em andamento e ainda não há um cálculo do rombo no balanço das empresas até agora -o governo de São Paulo fala em R\$ 600 milhões por ano no estado.

As concessionárias se queixam da falta de perspectiva para que uma solução seja anunciada, principalmente as companhias que assinaram contratos recentemente, segundo apurou a reportagem.

Isso porque muitas delas ainda estão em uma fase de levantar financiamento, que será prejudicada pelo atraso.

Como a solução deverá implicar a alta das demais tarifas de pedágio, há temor de que a medida, impopular, fique só para depois das eleições.

O governo de São Paulo, onde as negociações têm sido mais intensas, avisou que vai entrar na Justiça para pedir ressarcimento à União pela suspensão da cobrança, segundo disse o governador e candidato ao governo paulista Márcio França (PSB) em entrevista ao Valor Econômico.

A solução para os contratos vai depender do estágio da concessão, afirmou o presidente da ABCR, César Borges, que prevê que ao menos parte das tarifas seja impactada. "Alguém tem que pagar. Quando algum setor deixa de pagar, alguém paga mais." Em São Paulo, a negociação se divide em três blocos.

O primeiro é das concessões mais próximas ao fim. Nesse caso, o reequilíbrio é mais simples e deverá ocorrer pela prorrogação. É o caso das rodovias Anhanguera e Bandeirantes, operadas pela CCR AutoBan, e do Sistema Anchieta-Imigrantes, da Ecovias.

O segundo bloco é das concessões com cerca de dez anos -como a Rota das Bandeiras, da Odebrecht, e a Raposo Tavares, da Invepar.

Esses contratos, tal como os mais antigos, inicialmente não previam a cobrança -que passou a ser feita em 2013, quando o então governador Geraldo Alckmin (PSDB) criou a tarifa para compensar o congelamento de tarifas.

O fim da cobrança, portanto, seria o equivalente ao fim dessa compensação.

O terceiro bloco é o mais complexo: com contratos firmados há um ano -como a Entrevias, do grupo Pátria-, a cobrança sobre o eixo suspenso está previsto no contrato original. Ou seja, será necessário um reequilíbrio amplo.

A isenção gera outros problemas além dos econômicos-financeiros, afirma Letícia Queiroz, advogada especializada em concessões. "Quando se suspende o eixo, o peso fica concentrado nos demais, o que gera mais dano ao pavimento e deixa o caminhão mais instável. Há também um problema de segurança."

Procurada, a Artesp (agência de transporte paulista) diz que ainda está calculando as perdas referentes à isenção.

Mercosul propõe reduzir taxas para carros da UE

18/07/2018 – Fonte: Tribuna PR

Uma nova proposta feita pelos países do Mercosul à União Europeia (UE) para o setor automotivo será avaliada na reunião desta quarta-feira, 18, em Bruxelas, na Bélgica, sobre o acordo comercial entre as duas regiões.

Os negociadores da região ofereceram uma cota de importação de 60 mil veículos anuais, sendo que nos primeiros sete a oito anos o Imposto de Importação teria uma margem de preferência de 50%, caindo assim dos 35% atuais para 17,5%, segundo informações de fontes envolvidas na negociação.

Após esse período, o imposto seria reduzido gradativamente até zero, quando se completassem os 15 anos para início do livre comércio entre as regiões. Na proposta anterior, a cota era de 10 mil veículos.

A proposta do Mercosul também prevê o livre comércio de carros elétricos e híbridos. Como os países da região ainda não produzem esses modelos, a contrapartida viria do setor agrícola europeu, que vem dificultando as negociações do acordo há vários anos.

Os agricultores franceses são os que mais colocam barreiras à abertura no setor. "Nos parece uma proposta equilibrada, mas nunca se sabe como será a reação da União Europeia", diz a fonte.

Representantes da indústria automobilística brasileira sempre defenderam prazo médio de 15 anos para que o setor possa buscar maior competitividade para competir com os europeus. Hoje, as montadoras locais só conseguem exportar para países do Mercosul.

"Temos 15 anos para nos preparar pois, do jeito que estamos hoje, nos tornaríamos apenas importadores de carros", diz um executivo do setor, que prefere não ter o nome divulgado.

Defensor

Na reunião desta quarta-feira em Bruxelas, o representante brasileiro será o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge. Nos últimos meses, ele foi o principal defensor, dentro do governo, do programa Rota 2030 que, em sua visão, ajudará o setor a se modernizar e ser mais competitivo internacionalmente.

Nos bastidores, fala-se que os presidentes Michel Temer e Maurício Macri, da Argentina, têm pressa em fechar o acordo. No caso do brasileiro, a intenção é que esse acerto – negociado há quase 20 anos -, ocorra em seu mandato, que termina no fim do ano.

No mês passado, em reunião do bloco sul-americano em Assunção, Paraguai, o ministro de Relações Exteriores do Brasil, Aloysio Nunes, disse que acreditava em um acordo ainda neste ano. Já os chanceleres do Uruguai, Rodolfo Novoa, e da Argentina, Jorge Faurie, declararam que, em suas opiniões, o acerto deverá ficar para o próximo ano. Novoa chegou a falar em ruptura pois a União Europeia não demonstrava "vontade real de concluir essa negociação".

Nas últimas semanas, alguns analistas afirmaram que a guerra comercial entre os EUA e a China poderia beneficiar o acordo entre Mercosul e UE, pois essa parceria seria estratégica para o bloco europeu.

Brasil puxa expansão global da Volkswagen

18/07/2018 – Fonte: Tribuna PR

A Volkswagen entregou 174,4 mil carros no Brasil no primeiro semestre. O crescimento de 22,6% da operação brasileira, em relação ao mesmo período do ano passado, foi o maior registrado pela fabricante alemã no período, em todo o mundo. O resultado foi atingido apesar de crises locais, como a greve dos caminhoneiros, que paralisou o País no fim de maio.

Segundo dados divulgados na terça-feira, 17, pelo grupo, o resultado influenciou positivamente o desempenho da América do Sul, que apresentou expansão de 13,1%, para um total de 280,9 mil automóveis.

Na Volkswagen como um todo, a expansão da entrega de carros foi de 7,1% nas mesmas bases de comparação, para 5,52 milhões de unidades. Com isso, a produtora alemã se consolidou como a maior montadora mundial, englobando os resultados das 12 marcas do grupo, incluindo unidades de luxo como Porsche e Audi.

"Este foi o melhor primeiro semestre da história da empresa. As entregas do grupo aumentaram significativamente em todas as principais regiões", disse diretor de vendas do grupo Volkswagen, Fred Kappler, em nota à imprensa.

O maior mercado do grupo em volume por região é a Europa, onde foram entregues 2,27 milhões de unidades no primeiro semestre. Considerando nações individualmente, a China é a líder de demanda pelos automóveis da Volkswagen. Foram entregues 1,83 milhão de carros, de janeiro a junho, no país asiático.

Previsões

Apesar dos números robustos da primeira metade do ano, a companhia fez um alerta em relação ao desempenho do segundo semestre.

"Esperamos que as entregas no segundo semestre de 2018 sejam afetadas pela introdução do novo padrão WLTP (que mede as emissões de poluentes pelos veículos). Alguns automóveis provavelmente serão entregues aos clientes mais tarde do que o inicialmente planejado", alertou Kappler.

Diretor da ANP prevê minuta sobre combustíveis em 2 semanas

18/07/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 17-07-2018)

O diretor geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, espera que em duas semanas a agência tenha o resultado da Tomada de Contribuições sobre a conveniência de estipular uma periodicidade para o ajuste da gasolina e do diesel. O diesel está sendo subsidiado pelo governo ao preço de R\$ 2,0316, enquanto a gasolina continua com ajustes diários realizados pela Petrobras, monopolista no setor de refino no Brasil.

"A ideia é a consulta pública com minuta de resolução, que vai ter alguma sugestão que a gente não sabe qual é ainda, o pessoal está estudando", afirmou Oddone após encontro de empresários do grupo Lide com o pré-candidato do MDB e ex-ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

Oddone afirmou que, apesar do prazo apertado, é possível realizar ainda este ano o leilão do excedente da cessão onerosa, uma área cedida pelo governo à Petrobras em 2010 em troca de ações da empresa. O limite de produção foi estipulado em 5 bilhões de barris de petróleo e a estatal descobriu que a reserva era bem maior.

Segundo Oddone, o excedente da cessão onerosa fica entre 5 e 15 bilhões de barris, e a agência trabalha com a média de 10 bilhões de barris. Ainda sem data definida, Oddone informou que, para o leilão ser realizado, ainda falta uma revisão do acordo entre o governo e a Petrobras, mas que é possível fazer o leilão este ano.

"A gente tem tempo de fazer o leilão sim, precisamos em tempos normais de quatro meses para preparar o leilão. Vai depender da data que for aprovado o acordo entre o governo e a Petrobras, e o CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) autorizar.

Vamos ver se a gente consegue enxugar o prazo ou não", disse Oddone, alegando acordo de confidencialidade para não dar detalhes sobre o possível certame.

Alemanha investiga montadora Opel por relação com escândalo do diesel

18/07/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

No total, 60 mil veículos são afetados pela investigação em todo o mundo

A montadora de automóveis Opel, subsidiária do grupo PSA, é alvo de uma investigação das autoridades alemãs com relação ao escândalo dos motores diesel manipulados para registrar emissões mais baixas em testes de poluição, anunciou no sábado o Ministério dos Transportes da Alemanha.

"Há uma audiência oficial sobre a Opel quanto a três modelos, por violação das regras Euro 6 (de emissões de poluentes por motores diesel)", disse um porta-voz do ministério.

De acordo com o jornal alemão "Bild", os modelos que estão sendo investigados são o Cascada, Insignia e Zafira. No total, 60 mil veículos são afetados pela investigação em todo o mundo, dos quais 10 mil na Alemanha.

Esses modelos superariam "em mais de 10 vezes" o limite de emissão de poluente prescrito, no caso do óxido de nitrogênio

O escândalo dos motores manipulados explodiu em setembro de 2015, quando a Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos Estados Unidos acusou a Volkswagen de ter equipado 11 milhões de veículos diesel, entre os quais 600 mil vendidos nos Estados Unidos, com um programa capaz de adulterar os resultados de testes de emissão de poluentes, dissimulando emissões até 40 vezes superiores às normas em vigor.

Funcionários da Volkswagen destruíram, na época, documentos como parte de um amplo acobertamento quanto aos motores usados em 590 mil carros vendidos nos Estados Unidos. Depois que a EPA revelou publicamente a trapaça da montadora alemã quanto às emissões, em setembro de 2015, a investigação interna da empresa recuperou muitos dos arquivos apagados e os entregou à promotoria.

Diversos executivos de primeiro escalão da Volkswagen, entre os quais o ex-presidente executivo da companhia, Martin Winterkorn, estão sendo investigados por fraude, manipulação de cotações de ações e publicidade enganosa.

Rolls-Royce apresenta projeto para táxi voador híbrido

18/07/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 17-07-2018)

Veículo terá capacidade para até cinco passageiros e alcançará velocidade máxima de 322 km/h

A fabricante de motores britânica Rolls-Royce revelou nesta semana seu projeto de desenvolver um veículo elétrico híbrido que decole e aterrisse verticalmente --e que pode estar nos ares em até cinco anos.

O anúncio foi feito no Salão Aeronáutico de Farnborough, perto de Londres, num contexto em que outros grupos industriais também exploram este setor promissor.

O grupo automobilístico e aeronáutico espera fabricar, nos próximos 18 meses, um protótipo de seu táxi voador que poderia estar ativo no começo da década de 2020.

O EVTOL (Veículo Elétrico de Decolagem Aterrizagem Vertical) teria capacidade para quatro ou cinco passageiros e poderia alcançar uma velocidade máxima de 322 km/h, com uma autonomia de voo de 805 km.



"Veremos voar um produto similar neste mercado em um prazo de três a cinco anos, e faremos uma demonstração de sistema dentro de dois anos", disse Rob Watson, encarregado da divisão elétrica da Rolls-Royce.

O veículo híbrido, no qual se investiram milhões de libras, utilizará uma turbina de gás tradicional combinada a um sistema elétrico. A Rolls-Royce paralelamente estuda um produto 100% elétrico que não é, contudo, evoluído como o táxi voador híbrido.

"Há um mercado emergente de aviões totalmente elétricos, mas achamos que existe um nível de requisitos que hoje um sistema totalmente elétrico não pode prover", acrescentou Rob Watson.

PROPULSÃO HÍBRIDA

"O 'todo elétrico' é o meio para se mover por uma cidade [...], mas para ir de Londres a Paris, queremos um aparelho que permita percorrer essa distância. E são os sistemas de propulsão híbrida que ocuparão esse mercado", garante Rob Watson.

A Rolls-Royce não está sozinha no mercado de táxis voadores híbridos. Outros grupos, como Uber, o projeto "Kitty Hawk", respaldado pela Google, o Lilium Aviation, na Alemanha, o Safran, na França, e o Honeywell, nos Estados Unidos, executam pesquisas no setor.

A virada da indústria aeroespacial para a propulsão elétrica lembra a da indústria do automóvel, na qual os carros elétricos ganham terreno em termos de popularidade e desempenho.

"Olhem a indústria automobilística. Historicamente, todo mundo tinha um motor de combustão interna. Como tempo, foi se acrescentando capacidade elétrica e começaram a vir os carros elétricos", apontou Rob Watson.

"Da mesma forma, estamos introduzindo um sistema de propulsão híbrido neste mercado, porque ele aporta capacidade de autonomia e rendimento."

POSSÍVEL 'DISRUPÇÃO'

David Stewart, especialista em aviação na consultoria Oliver Wyman, destaca que o setor aeroespacial estava pressionado quanto a respeitar mais o meio-ambiente.

"A propulsão elétrica pode ser uma possível disrupção da forma como se alimentamos motores", disse.

"Ainda estamos longe de que a energia elétrica substitui o querosene, mas não se pode dizer nunca que 'desta água não beberei'."

Para ele, o conceito do táxi voador da Rolls-Royce é na realidade uma plataforma de desenvolvimento para testar a nova tecnologia. O produto comercializado será provavelmente uma versão melhorada do táxi voador, que terá entre 10 e 15 assentos, com mais possibilidades de uso, de acordo com Stewart.

"Como tempo, teremos mais capacidade elétrica para aviões cada vez maiores, e é realmente nisso que estamos pensando hoje. Estamos aprendendo sobre a tecnologia que necessitaremos amanhã", concluiu Rob Watson.

Polo e Virtus 1.6 agora têm opção de câmbio automático

18/07/2018 – Fonte: Automotive Business



Volkswagen Polo 1.6 MSI automático tem preço inicial de R\$ 62.690 Linha 2019 adota transmissão Aisin de seis marchas em mais duas versões

A linha **2019** dos Volkswagen **Polo e Virtus** tem agora a opção de câmbio automático de seis marchas, fornecido pela Aisin, também nas versões equipadas com motor 1.6 MSI. Até então esse conforto só estava disponível a partir da versões 200 TSI, com motor turbo 1.0.

O Polo 1.6 MSI automático tem preço inicial de R\$ 62.690 e o Virtus, de R\$ 66.525. No caso do hatch a nova opção é R\$ 5.340 mais acessível que a TSI. No Virtus essa diferença sobe para R\$ 8.155.

Segundo a Volkswagen, os carros já estão chegando à rede de revendas. A transmissão automática de seis marchas é associada ao motor 1.6 EA211 aspirado, com 16 válvulas e até 117 cavalos.

Com isso o Polo conta agora com cinco configurações: 1.0 MPI, 1.6 MSI, 1.6 MSI automático, Comfortline 200TSI e Highline 200TSI. O Virtus agora é oferecido em quatro opções: 1.6 MSI, 1.6 MSI automática, Comfortline 200TSI e Highline 200TSI.

As versões Comfortline e Highline de Polo e Virtus usam sempre o câmbio automático de seis marchas associado ao motor 1.0 flex de três cilindros com 12 válvulas, turbo e injeção direta de combustível. A garantia é de três anos sem limite de quilometragem.

Segundo a Volkswagen, a transmissão automática que equipa o Polo e o Virtus 1.6 utiliza relações de marcha e de diferencial especialmente definidas para essa aplicação.

Tem modo esportivo e permite trocas manuais pela alavanca ou por aletas atrás do volante.

Tanto o hatch como sedã 1.6 automáticos trazem de série direção com assistência elétrica, ar-condicionado, vidros elétricos nas quatro portas (com função "um-toque" para fechamento e abertura nos dianteiros), travas elétricas, computador de bordo, para-sóis iluminados, suporte para celular no painel com entrada USB para carregamento e regulagem de altura para o banco do motorista, entre outros itens. A central Media Plus também é de série e reúne entradas USB e SD-card, conexão Bluetooth, rádio AM/FM e leitor de arquivos MP3.

A lista de opcionais tem sensores de estacionamento traseiros, roda de liga leve de 15 polegadas e retrovisores externos com ajuste elétrico e função "tilt down" (que baixa o foco do lado direito quando a marcha à ré é engatada para facilitar manobras de estacionamento).

Também opcionais são os sistemas de controle eletrônico de estabilidade e tração, o bloqueio eletrônico do diferencial e o assistente de partida em rampa, assim como uma central multimídia com tela colorida sensível ao toque com conectividade por meio do App-Connect (Android Auto, Apple CarPlay e Mirrorlink), comando por voz e acesso ao "Car Menu", com ajustes do veículo na tela.

Mercedes aposta em linha de vans elétricas

18/07/2018 – Fonte: Automotive Business



Fabricante vai apresentar furgões eVito e eSprinter com baterias e testa versão da Sprinter com célula de combustível

A **Mercedes-Benz** vai lançar a **linha elétrica de vans eVito e eSprinter**. As duas serão apresentadas ao público no próximo salão de veículos comerciais de Hannover, o IAA Nutzfahrzeuge, em setembro na Alemanha. Ambas serão vendidas a frotistas europeus somente em versões para transporte urbano de cargas. As primeiras Vito elétricas devem ser entregues aos primeiros clientes ainda este ano, já a Sprinter movida a bateria está prevista para chegar ao mercado em 2019.

Dependendo das condições de uso, os dois novos furgões elétricos poderão rodar de 100 a 150 quilômetros antes de precisar de recarga, que leva seis horas para alcançar 100%. A eSprinter poderá ainda receber um pacote extra de baterias que aumentam em 115 km a autonomia.

Ambas as vans têm sistema de otimização, que limita a velocidade a 80 km/h para aumentar a duração das baterias em uso urbano. Na estrada a máxima é de 120 km/h. Junto com as vans a Mercedes também lança o aplicativo eVAN Ready, que aos clientes monitorar on-line o desempenho dos modelos elétricos em suas frotas.

Segundo Volker Mornhinweg, chefe da Mercedes-Benz Vans, a estratégia para ganhar mercado é lançar veículos elétricos de transporte urbano que sejam tão eficientes quanto os modelos diesel. "Será uma frota totalmente livre de emissões que atende todas as expectativas em termos de disponibilidade para uso diário, flexibilidade, confiabilidade e economia", afirma. "No médio prazo, ofereceremos propulsão elétrica alimentada por bateria em toda a nossa linha de comerciais leves", completa.

A nova eVito é equipada com banco de baterias de 41 kWh que alimenta o motor

elétrico de 84 kW (114 cv) e até 300 Nm de torque. A van de 3.200 kg de PBT é oferecida com duas configurações de entre-eixo. A básica tem 5,14 metros para carga útil máxima de 1.073 kg, igual à Vito com propulsão convencional diesel. Já a versão extralonga tem 5,37 m. As baterias localizadas no nível do piso do veículo não roubam espaço de carga do furgão, preservado entre 6,0 e 6,6 m³.

Maior em capacidade volumétrica, a eSprinter seguirá a eVito no próximo ano com a mesma potência de 84 kW e torque de 300 Nm. Será oferecida inicialmente como furgão de teto alto e PBT de 3.500 kg. Igual a Sprinter com motor a combustão, o furgão elétrico acomoda 10,5 m³ de carga.

O banco standard de baterias gera 55 kWh, garantindo autonomia em torno de 150 km com carga útil máxima de 900 kg. A segunda opção acrescenta três baterias com 41 kWh, o que aumenta o percurso em 115 km e a capacidade em cerca de 140 kg, para 1.040 kg.

ESTRATÉGIA PARA FROTAS ELÉTRICAS

Para lançar as vans elétricas, a Mercedes traçou a estratégia eDrive@VANS, com o objetivo de oferecer soluções estudadas para a necessidade de cada cliente, desde a orientação na escolha e configuração do veículo, análise das condições técnicas nas instalações dos frotistas, uso de ferramentas como o app eVAN Ready e cálculo do custo total de operação (TCO).

Por meio do programa "Customer Co-Creation" a Mercedes desenvolve o uso de frotas de vans elétricas em colaboração com clientes, envolvendo a orientação de especialistas para cobrir desde a seleção do veículo até a infraestrutura de carga e o aprimoramento necessário das redes de energia nos respectivos locais.

Dois projetos-piloto estão em andamento na Alemanha, um deles com a Hermes, que deverá colocar em serviço 1.500 vans elétricas Mercedes-Benz, com gestão de carga controlada por software. Em outra iniciativa, até o fim do ano a Amazon Logistics vai incorporar 100 eVito em sua frota nas instalações de Bochum e Düsseldorf.

CÉLULA DE COMBUSTÍVEL NO HORIZONTE

Ao mesmo tempo em que lança as primeiras vans 100% elétricas, a Mercedes também desenvolve outra opção de tecnologia para eletrificação, dentro do plano estratégico eDrive@VANS. A fabricante testa uma van com células de combustível, o conceito Sprinter F-CELL, que gera eletricidade internamente a partir da reação química entre hidrogênio e ar.

A única emissão do processo no cano de escape é vapor d'água. A tecnologia não é nova, muitos fabricantes já testaram em diferentes veículos, mas até agora ninguém conseguiu encontrar viabilidade econômica.

Encarçada como um "motorhome", a Sprinter F-CELL usa as células de combustível, um gerador eletroquímico, para alimentar seu banco de baterias, que também podem ser recarregadas na tomada, como em um veículo híbrido plug-in.

A interação de baterias e célula de hidrogênio garante potência elétrica de 147 kW (quase 200 cv) e torque de 350 Nm.

Três reservatórios na subestrutura do veículo armazenam 4,5 kg de hidrogênio, o suficiente para autonomia de cerca de 300 km. Um tanque extra pode ser adicionado na traseira, elevando a autonomia para 530 km.

Motos de alta cilindrada obtêm alta de 11% no semestre

18/07/2018 – Fonte: Automotive Business



Honda puxou para cima o segmento de alta cilindrada com a venda de 5,6 mil unidades no primeiro semestre

Aumento ficou acima da média do segmento de duas rodas, cujas vendas subiram menos de 7% no período

A venda de **motos** com **cilindrada** acima de 450 cc somou no primeiro semestre 18,6 mil unidades, registrando alta de 11% sobre o mesmo período do ano passado. O crescimento é maior que o da média do mercado de duas rodas, cujos emplacamentos totais subiram 6,9% na comparação interanual.

O crescimento foi puxado pela Honda, líder de mercado, que vendeu 5,6 mil unidades de alta cilindrada de janeiro a junho, 48% a mais que no mesmo período do ano passado.

Outra marca com crescimento acentuado em 2018, mas sobre uma base bem menor, foi a J.Toledo Suzuki. Com 1,8 mil motocicletas, registrou alta de 205% sobre a primeira metade do ano passado.

Aparentemente, a estratégia da J.Toledo em concentrar-se em motos Suzuki de alta cilindrada e deixar o segmento de baixa cilindrada para a divisão JTZ (leia [aqui](#)) está dando certo.

Outras marcas com tradição em motos grandes registraram alta. A Harley-Davidson vendeu 2,6 mil unidades e anotou acréscimo de 3%. Da Kawasaki foram licenciadas 1,4 mil unidades de alta cilindrada, 14% a mais que na primeira metade de 2017. A Triumph teve 2,2 mil motos emplacadas em 2018 e cresceu 15,3%.

Também é verdade que algumas montadoras perderam espaço no segmento de alta cilindrada. Chama a atenção o desempenho da Yamaha.

Suas vendas totais (alta e baixa cilindradas) somaram 61,6 mil unidades e cresceram 8,9%, mas no segmento acima de 450 cc a montadora emplacou pouco mais de 1,8 mil unidades e anotou queda de 40%. Entre os motivos estão a saída de linha da XT 660 e a retração nas vendas da MT 07 e da MT 09.

Como a Yamaha, a BMW anotou alta geral, mas queda em alta cilindrada. Seus emplacamentos totalizaram mais de 3 mil unidades e cresceram 18% quando computadas as motos G 310 R e G 310 GS. No entanto, quando olhados apenas os modelos acima destes, a marca registra retração de 12,8%.

A Ducati teve um fraco desempenho neste primeiro semestre, com a venda de 453 motos, 17% a menos que na primeira metade do ano passado.

Ford aceita pagar indenizações de US\$ 299,1 milhões por airbags Takata

18/07/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 17-08-2018)



Acordo cobrirá custos de pelo menos 6 milhões de veículos nos EUA

A **Ford** concordou em pagar US\$ 299,1 milhões em **indenizações** a clientes nos Estados Unidos para cobrir os custos de pelo menos 6 milhões de veículos no país equipados com **airbags** fornecidos pela Takata e potencialmente defeituosos.

A montadora se junta a outras cinco empresas – BMW, Honda Mazda Nissan e Subaru – que também confirmaram acordos similares naquele mercado, com valores que somam mais de US\$ 1,2 bilhão, de acordo com informações da agência Reuters. O acordo ainda deverá ser aprovado por um juiz federal.

O acordo cobrirá diversas formas de perdas econômicas dos consumidores, que entraram com ação coletiva alegando que os veículos foram vendidos como seguros, pagaram mais por modelos com airbags ou tiveram algum prejuízo com o carro parado por causa do recall.

Ainda de acordo com a Reuters, quase 30 milhões de veículos nos EUA permanecem sem reparo, que consiste na substituição do airbag.

O acordo prevê ainda que a Ford também fornecerá veículos de aluguel ou fará empréstimos gratuitos para os proprietários de veículos que estão aguardando reparos enquanto as peças não estiverem disponíveis. Em nota, a Ford disse que continua “focada em trabalhar com os clientes para consertar seus veículos”.

O defeito de airbags Takata causou pelo menos 23 mortes em todo o mundo, das quais 21 em modelos Honda e dois em veículos da Ford, além de 290 feridos.

O problema provocou o maior recall já realizado pela indústria automotiva na história: calcula-se que cerca de 100 milhões de veículos de 19 fabricantes foram equipados com o sistema.

Tal defeito leva à possibilidade de que ao explodir a bolsa do airbag em caso de acidente, estilhaços metálicos sejam projetados contra os ocupantes dos veículos.

Há pouco mais de um ano, a Takata se declarou culpada e entrou com pedido de recuperação judicial (concordata) nos Estados Unidos e também no Japão, onde fica sua matriz.

Nos EUA, a empresa firmou um acordo de US\$ 1 bilhão por causa dos airbags defeituosos.

Já em abril deste ano, a fabricante de componentes automotivos Key Safety Systems concluiu um acordo de US\$ 1,6 bilhão para a compra da Takata, resultando na empresa agora conhecida como Joyson Safety Systems, que é uma subsidiária da Ningbo Joyson Electronic Corp.

Venda on-line de carros movimenta R\$ 5,8 bilhões na AutoAvaliar

18/07/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 17-08-2018)

Resultado é 54% melhor do que o registrado no 1º semestre do ano passado. Lucro cresceu 125%

A AutoAvaliar, plataforma on-line de repasse de veículos usados, registrou aumento de 54% nos negócios no primeiro semestre deste ano na comparação com intervalo equivalente de 2017.

Segundo a empresa, concessionários e lojistas independentes geraram R\$ 5,8 bilhões em negócios no período. Foi ainda maior o aumento do lucro registrado pelas revendas que operam na plataforma, com expansão de 125% para R\$ 126 milhões.

Os dados foram retirados da base de dados da AutoAvaliar, que registra as transações de 2,7 mil concessionárias e 20 mil lojistas independentes. De janeiro a junho foram negociados 48 mil veículos usados no pregão on-line da plataforma, com evolução de 72% em relação ao anotado há um ano. O preço médio das negociações entre concessionárias e lojistas foi de R\$ 28,9 mil por carro.

FORD KA+ FICA MENOS TEMPO EM ESTOQUE

De acordo com os dados da AutoAvaliar, o Ford Ka+ é o automóvel que vende mais rápido, em 10 dias, em média. Em seguida estão o Chevrolet Corsa sedã e os Fiat Fiorino e Mobi, que ficam 14 e 16 dias em estoque, respectivamente.

A empresa também concluiu que o Toyota Corolla foi o veículo com menor índice de desvalorização na plataforma no primeiro semestre do ano. Hyundai HB20 e Citroën Aircross foram os outros modelos com menor desvalorização.

Marcopolo reestrutura área comercial em mercados externos

18/07/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 17-08-2018)

José Luiz Goes assume gerência para a região Américas e Rodrigo Alves a região Ásia-Pacífico e Índia

A **Marcopolo** anuncia mudanças em sua estrutura comercial em **mercados externos** com a nomeação de José Luiz Moraes Goes como novo gerente executivo para a Região das Américas.

Antes, o executivo respondia pelos negócios da região Ásia-Pacífico e Índia, que agora estará sob responsabilidade do gerente Rodrigo Estevan Alves. Eles se reportarão ao diretor de estratégia e negócios internacionais, André Vidal Armaganijan.

Goes retorna ao Brasil após um ano de trabalho na Malásia. Na Marcopolo desde 1993, na área de exportação, atuou na Argentina entre 2000 e 2001 e posteriormente retornou ao Brasil para assumir a gerência da engenharia de desenvolvimento. Trabalhou na Índia entre 2010 e 2012, onde era responsável pela área de engenharia da empresa no país.

Formado em Engenharia Mecânica pela FAAP de São Paulo, Goes possui pós-graduação em Comércio Exterior pela UCS de Caxias do Sul.

Por sua vez, Estevan Alvez integra desde 2017 a equipe comercial da Polomex, operação da Marcopolo no México. Ele está na empresa desde 2003 e passou pelos cargos de negociador de mercado externo da Volare, e de 2009 a 2012, trabalhou na

GB Polo, joint-venture da Marcopolo no Egito. Posteriormente, assumiu como gestor da operação na África do Sul.

Honda testará bateria compartilhável em motos elétricas

18/07/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 17-08-2018)



Teste das baterias destacáveis e carregadores foi incentivado pela Indonésia, terceiro maior mercado de motos do mundo

Experimentos em parceria com Panasonic serão feitos na Indonésia, que enfrenta problemas ambientais

A **Honda** e a Panasonic anunciaram planos de pesquisa para uso compartilhado de **baterias** destacáveis em motos elétricas e outros produtos de mobilidade alimentados por esse sistema. As duas empresas e a Pacific Consultants formaram em Jacarta, capital da Indonésia, uma joint venture para dar continuidade ao trabalho.

A Indonésia foi escolhida porque o governo local criou incentivos para veículos alternativos. O país é o terceiro maior mercado mundial de motos e está enfrentando problemas relacionados à poluição nas grandes cidades.

Para esse estudo, a Honda e a Panasonic vão instalar estações de abastecimento em diversos locais, que irão carregar diferentes baterias ao mesmo tempo. Elas serão retiradas em troca de outras sem carga, permitindo que o piloto da moto siga viagem.

O início do experimento deve ocorrer a partir de dezembro e será subsidiado pela Nedo, sigla em inglês de Organização para o Desenvolvimento de Novas Soluções Industriais e de Energia. A Pacific Consultants será responsável pelos procedimentos gerais para a realização dos estudos.

Gol, Voyage, Up! e Tiguan Allspace passam por recall

18/07/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 17-08-2018)



Mexicano Tiguan Allspace passa por duas convocações, uma por airbag e outra por suspensão

Convocação dos Volkswagen decorre de possíveis problemas com airbags ou suspensão

A possibilidade de problemas com airbags e na suspensão levou a Volkswagen a fazer um **recall** para os modelos nacionais **Gol, Voyage e Up!** (2017 e 2018) e outros dois chamados simultâneos para o mexicano **Tiguan Allspace** (2018).

No caso dos carros fabricados no Brasil há 406 unidades envolvidas. A montadora percebeu que as bolsas infláveis do motorista não correspondem ao modelo especificado e por isso podem não proteger como devem em caso de impacto. A numeração de chassi (não sequencial) dos Gol e Voyage convocados vai de HT000090 a JT052528. No Up! é de HT530304 a JT535410.

Para o Tiguan Allspace, um dos recalls também decorre da possibilidade de falha do airbag, mas do passageiro. A empresa constatou uma dobra incorreta na bolsa inflável frontal por causa de uma falha no fornecedor. São 177 unidades envolvidas, com numeração de chassi entre JM135333 e JM163399.

A outra convocação do Tiguan Allspace foi motivada por uma falha no aperto da porca de fixação do pivô da suspensão dianteira. Se o pivô se soltar há risco de acidente grave pela perda de dirigibilidade do veículo. Neste caso há 163 carros envolvidos, com numeração de chassi entre JM100906 e JM140952.

De acordo com a Volkswagen, o serviço a ser realizado nos carros nacionais tem tempo estimado de 40 minutos. Para o Tiguan, o reparo leva hora em qualquer uma das convocações. O atendimento aos nacionais e importados se inicia na segunda-feira, 23. Outras informações podem ser obtidas pelo 0800 019 8866 ou no site www.vw.com.br.

Lucro da Weg sobe 23,7% no 2º trimestre

18/07/2018 – Fonte: G1

A fabricante de motores elétricos e tintas industriais Weg teve lucro líquido de R\$ 336,6 milhões no segundo trimestre, alta de 23,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, informou a empresa nesta quarta-feira (18).

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) subiu 25,6%, para R\$ 465,5 milhões.

Na divulgação do resultado, que abre a temporada de balanços das empresas brasileiras, a Weg ressaltou o aumento de 34% na receita operacional líquida, para o valor recorde de R\$ 3,057 bilhões.

"No Brasil, o crescimento foi impulsionado pela melhora da conjuntura econômica e pela maior participação de novos negócios na receita, como por exemplo as usinas de energia solar e a recente aquisição do negócio de turbinas a vapor (TGM)", disse a empresa.

UE impõe medidas de salvaguarda provisórias sobre importações de produtos de aço

18/07/2018 – Fonte: Tribuna PR

A União Europeia anunciou nesta quarta-feira medidas de salvaguarda provisórias sobre suas importações de produtos de aço. As medidas, segundo a Comissão Europeia, têm como objetivo evitar que aço de outros países siga para o mercado do bloco, como resultado das tarifas recentemente impostas pelos Estados Unidos. "As importações tradicionais de produtos de aço não serão afetadas", afirma a UE.

As salvaguardas entram em vigor nesta quinta-feira (19). Em comunicado, a comissária para Comércio da UE, Cecilia Malmström, diz que as tarifas americanas têm provocado mudanças nas rotas comerciais, que podem resultar em "sério dano" para siderúrgicas e trabalhadores do setor na Europa.

Com isso, ela sustenta que o bloco "não teve alternativa" a não ser introduzir as medidas provisórias para defender a indústria doméstica de um salto nas importações.

Ainda assim, a autoridade argumenta que as medidas garantem que o mercado da UE siga aberto e que os fluxos comerciais tradicionais serão mantidos.

“Estou convencida de que isso garante o equilíbrio certo entre o interesse dos produtores e consumidores de aço da UE, como o setor automotivo e o de construção, que dependem de importações”, ressalta Malmström. “Nós continuamos a monitorar as importações de aço a fim de tomar uma decisão final no início do próximo ano, no máximo.”

O comunicado diz que as medidas provisórias correspondem a 23 categorias de produtos com aço. “Para cada uma das 23 categorias, tarifas de 25% serão impostas apenas assim que as importações excederem a média de importações nos últimos três anos”, explica a nota.

A Comissão Europeia afirma que a medida se aplica a todos os países, com a exceção de alguns em desenvolvimento com “exportações limitadas” para a UE. Além disso, por causa de “vínculos econômicos próximos”, Noruega, Islândia e Liechtenstein também foram isentos, o que a UE argumenta ser compatível com suas obrigações com a Organização Mundial de Comércio (OMC).

A UE diz que as medidas de salvaguarda provisórias podem seguir em vigor por no máximo 200 dias e que a Comissão Europeia levará manifestações das partes interessadas em conta para chegar a uma decisão final, no máximo no início de 2019.

“Se todas as condições forem cumpridas, medidas de salvaguarda definitivas podem ser impostas como resultado”, adianta o bloco, que diz ter recebido “apoio amplo” dos países-membros para a tomada da decisão. (Gabriel Bueno da Costa – gabriel.costa@estadao.com)